



Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

DESEMBARGADORES E DESEMBARGADORAS

de 1894 a 1895



Apresentação



Apresentação

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina tem a satisfação de apresentar a primeira etapa do trabalho de pesquisa biográfica do total de 264 desembargadores e desembargadoras que integraram e integram essa Corte, desde sua instalação, em 1º de outubro de 1891, até esta data.

O lançamento desta obra virtual ocorre por ocasião das comemorações dos 131 anos de instalação do nosso Tribunal. A forma como será apresentada e disponibilizada tornará possível a adição constante de conteúdos e imagens, num processo dinâmico de aprimoramento.

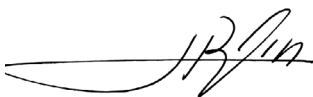
A obra será composta de oito volumes, o primeiro dos quais lançado agora, dispostos em capítulos de acordo com a ocupação da sede do Tribunal de Justiça, iniciando-se nas dependências da Casa da Câmara e Cadeia e Conselho da Intendência Municipal (1891-1894), passando pelas demais sedes, localizadas na Tesouraria-Geral (1894-1895), na Rua Trajano (1895-1908), no Palacete da Jerônimo Coelho (1908-1929), na Assembleia Legislativa (1929-1929), no Palácio da Praça Pereira Oliveira (1929-1968) e na Agência Ford (1968-1975), até a atual sede, localizada na Praça Tancredo Neves [Torre I (1975) e Torre II (2007)].

Os demais volumes serão lançados em datas comemorativas relevantes que guardam identidade com as atribuições do colegiado formado pela Memória do Judiciário, Museu, Arquivologia e Biblioteconomia, quais sejam, na ordem sequencial, 20 de outubro (Volume II), quando se comemora o Dia do Arquivista; 29 de outubro (Volume III), comemorativo do Dia do Livro (data da fundação da Biblioteca Nacional); 8 de dezembro (Volume IV), em homenagem ao Dia da Justiça, todos de 2022. E na sequência, em 2023, haverá lançamento em 9 de abril (Volumes V e VI), festejando o Dia da Biblioteca; 10 de maio (Volume VII), destacado como o Dia da Memória do Poder Judiciário; 9 de junho (Volume VIII – Tomo I – Torre I), em reverência ao Dia Internacional dos Arquivos, e, por fim, 11 de agosto (Volume VIII – Tomo II – Torre II), por conta do Dia da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil.

Esses volumes serão, inicialmente, disponibilizados no Portal da Memória e, depois de sua apresentação completa, estarão compilados em publicação eletrônica.

Ao final, como preito de reconhecimento, anoto que esta pesquisa foi conduzida pela equipe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário Catarinense, organizada e supervisionada pela Comissão de Gestão de Memória, criada pela Resolução n. 7 de 16 de junho de 2021, sob o comando da desembargadora Haidée Denise Grin.

Florianópolis, setembro de 2022.



Desembargador João Henrique Blasi

Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



Agradecimientos



Agradecimientos

Agradecimentos

Aos membros do Instituto de Genealogia de Santa Catarina – INGESC que gentilmente colaboraram com informações valiosas e fontes de pesquisa que passam a integrar este trabalho biográfico e de memórias.



Sumário





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
-------------------------	----------

CAPÍTULO 2 – VOLUME 2

<i>Segunda sede do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, localizada na Tesouraria-Geral (1894-1895) – a primeira mudança.....</i>	11
--	-----------

<i>Biografia do desembargador Genuino Firmino Vidal Capistrano.....</i>	17
---	-----------

ANEXOS	21
---------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
---	-----------



Introdução



Introdução

O conteúdo deste volume foi desenvolvido para apresentar o nome e a biografia do desembargador que integrou o Poder Judiciário de Segundo Grau do Estado de Santa Catarina no período de 1894 a 1895, dentre o universo de 264 desembargadores, em 131 anos de história, quando a sede do Tribunal estava localizada nas dependências do prédio da Tesouraria Nacional.

Como já referido na introdução do primeiro capítulo, as sedes das instituições de natureza pública, nas sociedades, fazem-se representar por edifícios que apresentam elementos visuais identificadores de uma época e suas funcionalidades conforme o órgão a que se destinam, e, neste caso específico, o imóvel servia à Tesouraria-Geral da Província de Santa Catarina e, em janeiro de 1894, passou a abrigar o Tribunal da Relação, a Delegacia de Terras, a Caixa Econômica e a Inspetoria de Saúde dos Portos.

E quanto à biografia aqui compilada, reitera-se que é fruto de pesquisa permanente e em constante complementação, mantendo a formatação estrutural de uma matriz biográfica que contém o nome do desembargador, acompanhado de informações sobre local e data de nascimento, filiação, formação, experiência profissional, posse no cargo de desembargador, trajetória na magistratura catarinense, aposentadoria, falecimento, além de outros dados, e fontes, ainda guarnecido de fotos da respectiva sede do Poder Judiciário estadual.

Esperamos assim estar contribuindo para a divulgação e a valorização da história da magistratura catarinense ao permitir a magistrados, advogados, procuradores de justiça e do Estado, às polícias civis e militares, ao mundo jurídico e acadêmico e a familiares, historiadores e pesquisadores acessar este universo de informações reunidas e ordenadas sobre a Justiça de segundo grau de nosso Estado.

Toda contribuição de informações e fotos que sejam de interesse cultural e de preservação da memória do Judiciário catarinense deverá ser encaminhada por e-mail para ddi.museu@tjsc.jus.br.

Desembargadora Haidée Denise Grin
Organizadora e Presidente
Comissão de Gestão de Memória do Poder Judiciário
do Estado de Santa Catarina



Capítulo 2

Capítulo 2



Capítulo 2

Segunda sede do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, localizada na Tesouraria-Geral (1894-1895) – a primeira mudança



Acervo do Museu do Judiciário Catarinense

O Tribunal da Relação passou a funcionar nas salas da frente das dependências do prédio que sediara a Tesouraria-Geral da Província de Santa Catarina, imóvel este adquirido em 1838 pela Nação para tal fim.

O local consistia num sobrado colonial, tipicamente luso-brasileiro, construído entre o final do século XVIII e o começo do século XIX, pertencente à família de João Prestes Barreto da Fontoura, situado no entorno da conhecida Praça da Matriz de Nossa

Senhora do Desterro, também chamada de Largo do Palácio ou Praça do Barão de Laguna ¹, em decorrência da proximidade da Catedral Metropolitana e do Palácio do Governo, e ali se localizava o centro da Vila do Desterro, depois cidade de Florianópolis. Atualmente é chamada de Praça XV de Novembro ².

Para ilustrar, consigna-se que,

na edição de 18 de janeiro de 1894, o jornal “O Estado” estampa a seguinte informação: “Confirma-se a nossa notícia quanto à mudança do Tribunal da Relação para outro edifício. O em que funcionava a Tesouraria Geral foi concedido pelo solícito Ministro da Justiça. – Muito bem!! E, em edição posterior, o mesmo diário noticiava: “No prédio à Praça 15 de Novembro, onde funcionava a extinta tesouraria, ficarão as seguintes repartições: Tribunal da Relação – nas salas da frente; Delegacia de Terras – no espaçoso salão que fica nos fundos; Caixa Econômica – nos dois compartimentos onde se achava o Contencioso e a Pagadoria; Inspetoria da Saúde dos Portos – no andar térreo, onde, antigamente, funcionava a Caixa Econômica”. (FERNANDES NETO, 2000, p. 322-323).

Prossegue o autor:

até 23 de janeiro de 1894, por ocasião da 75ª sessão ordinária da Corte de Justiça, constava na respectiva ata, como local de sua realização, o “edifício da Câmara Municipal”. A partir da ata da 76ª sessão, datada de 26 de janeiro de 1894, já constava a expressão “na sala do edifício destinado para funcionar o Tribunal da Relação”. (FERNANDES NETO, 2000, p. 322).

Assim, a primeira mudança de endereço deu-se em 26 de janeiro de 1894, quando Santa Catarina sediava um governo paralelo e revolucionário, formado durante o período da Revolução Federalista, guerra civil que marcou o início da República no Brasil, entre 4 de outubro de 1893 e 16 de abril de 1894, e o Superior Tribunal de Justiça, denominação

1 “Em 1885, chamava-se ‘Praça Barão da Laguna’, em homenagem ao ainda vivo Jesuíno Lamego Costa, almirante e senador do Império. Em 1891, a praça recebe o nome da data da Proclamação da República, o almirante foi para uma rua na longínqua Praia de Fora.” Disponível em <http://floripendio.blogspot.com/2010/05/florianopolis-antigo.html>, acesso em 30 set. 2022.

2 Disponível em <https://arquivfn.org.br/noticias/praca-xv-o-coracao-de-florianopolis/>, acesso em 27 set. 2022.

à época, foi dissolvido pela Resolução n. 821, de 8 de abril de 1893 ³, de iniciativa do governador tenente Manoel Joaquim Machado, com a alteração dos magistrados que o integravam, por serem simpatizantes da causa federalista, passando a denominar-se Tribunal da Relação.

O governador Manoel Joaquim Machado articulou também a criação de um tribunal federal em Desterro. O que se sabe é que a criação desse tribunal serviria para julgar um processo contra esse governador, o que o livraria de um julgamento no Rio de Janeiro, onde preponderavam os defensores do regime republicano e de Floriano Peixoto. Na edição d'O Estado do dia 24 de janeiro de 1894 publicou-se a seguinte nota: "Realizou-se ontem a conferência, que anunciamos em nossa edição, dos membros do Tribunal da Relação com o Exmo. Sr. Dr. Ministro da Justiça. Consta que se discutiu a oportunidade de se investir o nosso Tribunal das funções de órgão supremo de justiça federal, para obviar os inconvenientes que possam surgir na distribuição da justiça, relativamente às causas federais, ficando definitivamente resolvida esta dúvida. À vista do que nos informaram, em breve terá o público de ver o decreto que regula as novas atribuições do nosso Tribunal da Relação". (SANTA CATARINA, 2016, p. 167).

E, novamente organizada a corte, como se observa da transcrição abaixo:

É difícil acreditar que os trabalhos no Tribunal da Relação seguissem normalmente em meio ao cerco das forças republicanas à Ilha de Santa Catarina. Em fins de abril de 1894, logo após combate naval entre republicanos e federalistas na baía norte, o novo governador de Santa Catarina, coronel Antônio Moreira César, nomeado por Floriano Peixoto, dissolveu o Tribunal da Relação e declarou nula a nomeação realizada pelos federalistas.

Em maio de 1894 foi revogada a Constituição estadual de 1892 e restabelecida a anterior, promulgada em 11 de junho de 1891. O Superior Tribunal voltou a funcionar com os

3 Resolução n. 821, com o seguinte texto: "O Presidente do Estado ex-vi do artigo 3º das disposições transitórias da Constituição de 7 de julho de 1892, resolve dissolver o actual Tribunal da Relação e reconstituí-lo do seguinte modo: Desembargadores, os Juizes de Direito Doutores José Ferreira de Mello, Pedro dos Reis Gordilho, Antonio Geraldo, Umbelino de Souza Marinho e Francisco Antonio Vieira Caldas. Comunique-se. Palácio do Governo do Estado de Santa Catarina, 8 de abril de 1893".

antigos desembargadores: José Roberto Vianna Guilhon, Edelberto Licínio da Costa Campelo, Francisco da Cunha Machado Beltrão e Domingos Pacheco D'Ávila. Mesmo assim, os desembargadores que compunham o Tribunal da Relação, nomeados pelos federalistas, foram mantidos em seus cargos, afora o Dr. Francisco Antônio Vieira de Caldas, fuzilado pelo governador Antônio Moreira César na fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. (SANTA CATARINA, 2016, p. 170-171).

Este momento está descrito em ata de sessão do Tribunal:

No prédio da Tesouraria Geral, o Tribunal de Relação, reconstituído, funcionou até o dia 20 de abril de 1894, data em que foi lavrada a última ata referente aos trabalhos do mesmo, “aí pelas onze horas”. E, conforme dito no capítulo anterior, no mesmo local, e mesmo dia, “aí pelas três horas da tarde”, os Desembargadores José Roberto Viana Guilhon, Edelberto Licínio da Costa Campelo, Francisco da Cunha Machado Beltrão e Domingos Pacheco d'Ávila “entraram *incontinenti* no exercício de seus cargos por ter cessado o motivo pelo qual suspenderam em abril do ano passado, os seus trabalhos, que foi devida à coação produzida pela ilegal e prepotente Resolução n. 821 de 8 de abril do mesmo ano [...]. (FERNANDES NETO, 2000, p. 324).

Esse prédio da Tesouraria-Geral “[...] é onde se encontra a atual Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, que teria sido assim, no século XVIII, a casa do Provedor da Fazenda Real, João Prestes de Melo, tronco dos Prestes Barreto da Fontoura” (FERNANDES NETO, 2000, p. 324).

E na sequência, na sessão do Tribunal de 24 de abril de 1894, para compor o número de desembargadores, nessa sede, somente Genuino Firmino Vidal Capistrano tomou posse como desembargador (adiante se apresenta sua biografia).

A presidência da Corte, no período em que permaneceu instalada no imóvel em referência, até setembro de 1895, foi exercida pelo desembargador José Ferreira de Melo, bem como pelos desembargadores Umbelino de Souza Marinho e Francisco Antônio Vieira Caldas, e, após a restauração do Tribunal, pelo desembargador José Roberto Viana Guilhon, novamente na condição de Tribunal de Justiça, pela Constituição de 1895, de 16 de janeiro desse mesmo ano ⁴.

4 “A elaboração da Constituição Estadual de 1895 foi necessária diante de fatores nacionais interligados, como a Segunda Revolta da Armada (eclodida no Rio de Janeiro, em 1893, que impulsionou militares para o Sul do país), o avanço da Revolução Federalista, de 1893-1895, do Rio Grande do Sul, para Santa Catarina e Paraná, com a tomada de Desterro (Capital catarinense e solo de um Governo paralelo) e a resistência ao governo do Marechal Floriano Peixoto – que havia golpeado o sogro, Marechal Deodoro da Fonseca, na Presidência do país, provocavam também desentendimentos entre lideranças em Santa Catarina, onde políticos dividiam-se entre apoiar ou não a Floriano e alguns militares seguiam os ideais das revoltas,

Com a Constituição Estadual de 1895, a composição do Tribunal foi elevada para seis desembargadores, e pela primeira vez se empregou a designação Procurador-Geral do Estado, mantida até 1982 (<https://www.mpsc.mp.br/memorial-do-ministerio-publico/historia-do-ministerio-publico>).

A listagem abaixo indica a data de posse e o desligamento/aposentadoria.

ORDEM	NOME DO DESEMBARGADOR	POSSE	DESLIGAMENTO	SEDE
11	Genuino Firmino Vidal Capistrano	24/4/1894	7/2/1901	Tesouraria-Geral

alinhados aos federalistas, outros aderiram à política do governo federal, comandados por Interventor no Estado, suspendendo a Constituição anterior (de 1892) que previa eleição para vaga no Executivo, e atuaram no combate aos insurgentes, nas chamadas tropas legalistas, que levaram à prisões e chacina de centenas de pessoas (civis e militares) no triste episódio que marcou a história catarinense.

A Constituição Estadual de 1895 retomou muitas disposições da Constituição de 1891. Algumas novidades constitucionais: a Assembleia Legislativa voltou a denominar-se Congresso Representativo de Santa Catarina, formado por 22 deputados, no mínimo, e de 40, no máximo, sendo seus membros eleitos por voto direto, com duração de 3 anos cada legislatura; o chefe do Poder Executivo passou a ser exercido pelo Governador, tendo apenas um Vice, com mandato de 4 anos, mas vedada a reeleição; o Poder Judiciário voltou a denominação anterior – [Superior] Tribunal de Justiça; e os Poderes Municipais denominados de Conselho Municipal – o Legislativo, e de Superintendência – o Executivo.” Disponível em https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/legislativo/deputado-estadual/legislaturas/249-2a_Legislatura, acesso em 27 set. 2022.

Desembargadores
Desembargadores

Genuino Firmino Vidal Capistrano

Local e data de nascimento: Desterro (SC), 25/9/1846.

Filiação: Vidal Pedro de Moraes e Miquelina Benedita Ferreira Capistrano.

Formação: Faculdade de Direito de São Paulo (SP), 1872.

Experiência profissional: em Desterro (SC), fez os estudos primários e secundários. Prosseguiu a formação em São Paulo (SP), onde se tornou bacharel e doutor em Direito (1872) pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi o primeiro catarinense a defender tese de doutorado na instituição. Professor de Eloquência e Poética no Ateneu Provincial, onde pediu demissão em outubro de 1873, por razões políticas. Fundou o jornal A Opinião Catarinense, em 1º/11/1874 (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2022). Além de atuar na magistratura, também foi professor, político e jornalista.

Em 1891-1892, atuou como juiz de direito na comarca de Santo Antonio da Estrella (RS), sendo removido desta para a comarca de Morrinhos (GO). Na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, exerceu três mandatos parlamentares:

- 20ª Legislatura (1874-1875), eleito com 105 votos;
- 25ª Legislatura (1884-1885), com 79 votos na eleição; no ano de 1885 não houve trabalho legislativo devido à falta de número legal de deputados; entre os ausentes estava Genuino;
- 27ª Legislatura (1888-1889), quando recebeu 560 votos das urnas.

Integrou a comissão que elaborou o Catálogo Sistemático da Biblioteca Provincial de Santa Catarina (SC), 1876.

Posse no cargo de desembargador: 24/4/1894.

Trajetória na magistratura catarinense: em Florianópolis (SC), foi nomeado para promotor público em 16/12/1873. Nomeado para desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, empossado em 24/4/1894. Por meio do Decreto n. 135, de 7/2/1901, foi destituído do cargo de desembargador pelo governador Felipe Schmidt. Esse decreto foi posteriormente declarado nulo pelo



Supremo Tribunal Federal em 18 de novembro de 1903, mas depois disso, aparentemente, Genuino Firmino Vidal Capistrano não voltou a exercer a magistratura.

Aposentadoria/Desligamento: Por decreto de 7/2/1901, foi destituído do cargo de desembargador pelo governador Felipe Schmidt.

Falecimento: 28 ou 29/7/1911.

Outros: autor da proposta de troca do nome de Nossa Senhora do Desterro para Florianópolis, expressa publicamente em 17/5/1894. Kretzer (2001, p.22) resume o fato:

No ano de 1894, uma data significativa para a história catarinense, acontece a mudança do nome da Capital do Estado. Encaminhada a proposta do desembargador Genuino Firmino Vidal Capistrano para ser votada pelo Legislativo, a Capital passou então a reconhecer-se por outra identidade depois da efetivação de uma lei sancionada pelo então governador do Estado, Hercílio Luz. A cidade de Desterro testemunhou as atrocidades de um tempo e legou a Florianópolis a materialização em “polis”. Desterro foi desterrada.

O desembargador Capistrano morava em Palhoça. Seu escritório de advocacia localizava-se na Rua Áurea n. 15. Sua residência localizava-se na Rua de S. Sebastião da Praia de Fora.

Fontes:

JORNAL DO COMÉRCIO, Florianópolis, ed. n. 23, p. 2., 27-1-1884; ed. n. 86, p. 1, 13-4-1884; ed. n. 124, p. 1, 20-7-1890; ed. n. 87, p. 1, 7-6-1892.

KRETZER, Fabiana. Delminda Silveira – Contos e instantes. 2001. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Literatura, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/80404/274061.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2022.



SANTA CATARINA, Assembleia Legislativa. Memória Política de Santa Catarina. Biografia Genuino Firmino Vidal Capistrano. 2022. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/342-Genuino_Firmino_Vidal_Capistrano. Acesso em: 8 ago. 2022.

MIGALHAS. Baú migalheiro. Migalhas n. 2757. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/amanhecidas/145311/migalhas-n-2-757>. Acesso em: 29 set. 2022.

O DIA, Florianópolis, ed. n. 926, p. 1, 16-2-1904, ed. n. 4.906, p. 3, 25-8-1911.

O FUTURO, Laguna, 13 de maio 1894, ed. n. 30, p. 3.

OPINIÃO CATARINENSE, Florianópolis, ed. n. 2, p. 1, 2-11-1874; ed. n. 3, p. 1, 12-11-1874; ed. n. 21, p. 1, 18-3-1875; ed. n. 35, p. 1, 24-6-1875; ed. n. 46, p. 1, 9-9-1875.

REPÚBLICA, Florianópolis, 16-2-1901, ed. n. 74, p. 1.





Anexos



Anexos

ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

<i>Segunda sede do Tribunal de Justiça.....</i>	<i>22</i>
<i>Segunda ata de instalação.....</i>	<i>23</i>
<i>Ata da Sessões de 20 e 24 de abril de 1894.....</i>	<i>25</i>

Segunda sede do Tribunal de Justiça



32

Fevereiro de 1866

continuo do Tribunal, provido de secretario, lavrei a presente acta. Fevereiro de 1866. Presente.

Acta da 7.^a Sessão ordinaria.

Por vinte dias do mes de Fevereiro de mil oitocentos e noventa e quatro, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Capital do Estado de Santa Catharina, na sala do edificio destinado para funcionar o Tribunal da Relação do mesmo Estado, ahi, pelas onze horas da manhã, presentes os Excellentissimos Senhores Desembargadores José Ferreira de Mello, presidente do Tribunal, João dos Reis Lodiho, Procurador da Governancia do Estado, Francisco Antonio Vieira Gullas, Ambelino de Souza Maranhão e Antonio Sena e Pereira, foi aberta a sessão e lida a acta da antecedente, que foi approvada. Em seguida havendo a tratar o Senhor Presidente encorreu a sessão. Eu João Thomazino Ribeiro, porteiro do Tribunal, provido de secretario lavrei a presente acta. Fevereiro de 1866. Presente.

Acta da 8.^a Sessão ordinaria.

Por dois dias do mes de Fevereiro de mil oitocentos e noventa e quatro, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Capital do Estado de Santa Catharina, na sala do edificio destinado para funcionar o Tribunal da Relação do mesmo Estado, ahi, pelas onze horas da manhã, presentes os Excellentissimos Senhores Desembargadores José Ferreira de Mello, presidente do Tribunal, João dos Reis Lodiho, Procurador da Governancia do Estado, Francisco Antonio Vieira Gullas, Ambelino de Souza Maranhão e Antonio Sena e Pereira, foi aberta a sessão e lida a acta da antecedente, que foi approvada. Em seguida havendo a tratar o Senhor Presidente encorreu a sessão. Eu João Thomazino Ribeiro, porteiro do Tribunal, provido de secretario lavrei a presente acta. Fevereiro de 1866. Presente.

32

Fuei a. m. l. c.

continuo do Tribunal, servindo de secretario, lavrei a
presente acta. Fui a. m. l. c. Presente.

Acta da 7.^a Sessão ordinaria.

Por trinta dias do mes de Janeiro de mil oitocentos e noventa e
quatro, nesta Cidade do Oesterro Capital do Estado de Santa Catharina, na sala
edifício destinado para funcionar o Tribunal da Relação do mesmo Estado, ahi, pelas onze horas da
manhã, presentes os Excellentissimos Senhores Desembargadores
João Ferreira de Mello, presidente do Tribunal, João dos Reis
Lindinho, Procurador das Obediencias do Estado, Francisco Antonio
Vieira Caldas, Ambelino de Souza Marinho e Antonio Sena
e Teixeira, foi aberta a sessão e lida a acta da antecedente
que foi approvada. E ainda havendo a tratar o senhor Presi-
dente encerra a sessão. Eu João Thomazino Ribeiro, porteiro
continuo do Tribunal, servindo de secretario, lavrei a presente
acta. Fui a. m. l. c. Presente.

Acta da 8.^a Sessão ordinaria.

Por dois dias do mes de Fevereiro de mil oitocentos e noventa e quatro
nesta Cidade do Oesterro Capital do Estado de Santa Catharina, na sala
edifício destinado para funcionar o Tribunal da Relação do mesmo
Estado, ahi, pelas onze horas da manhã, presentes os Excellentissimos
Senhores Desembargadores João Ferreira de Mello, presidente do Tri-
bunal, João dos Reis Lindinho, Procurador das Obediencias do Estado,
Francisco Antonio Vieira Caldas, Ambelino de Souza Marinho e
Antonio Sena e Teixeira, foi aberta a sessão e lida a acta da antec-
ede que foi approvada. E ainda havendo a tratar o senhor presidente encerra
a sessão. Eu João Thomazino Ribeiro servindo de secretario lavrei a presente acta
Fui a. m. l. c. Presente.

2

51

Acta da 148.ª Sessão Ordinaria.

As vinte e duas dias do mes de Abril de mil e oitocentos e noventa e quatro nesta Cidade do Destino Capital do Estado de Santa Catharina, no Salão da Casa destinada para as sessões do Superior Tribunal de Justiça do Estado, ahí se acham tres horas da tarde presentes os Excellentissimos Senhores Desembargadores Vros Robert Vianna Guithon presidente de primeira e Edolpho Licio da Costa Camello procurador da Sôberania do Estado, Francisco da Cunha Elachado Beltrão e Domingos Pacheco de Avelar, fri abenta a Sessão, e depois de lida e approvada a Acta da ultima Sessão unqum os mesmos Senhores Desembargadores funcceionaram, e Senhor Presidente em nome de todos Desembargadores presentes embaras em continuetas no exercicio de todos cargos por ter cessado o motivo pelo qual suspendera em Abril do anno passado de seus trabalhos, quer devida a Coacção por devida pela illegal e prepotente Revoluçao n.º 921 de 8 de Abril do mesmo anno, e como assim veritabelizados todas as tratativas do mesmo Tribunal, em seguida, por ter o Senhor Presidente completado os dois annos de exercicio na forma do Artigo 12 da Lei n.º 104 de 19 de Agosto de 1891, procedeo a por escrutinio secreto applicar para o Presidente do Tribunal, sendo eleito o mesmo Excellentissimo Senhor Desembargador Vro Robert Vianna Guithon, qui obto tres votos do Excellentissimo Senhor Desembargador Beltrão e do mesmo Senhor Desembargador Guithon de prestar o competente affirm

01

car perante o Governador do Estado. E por não
mais haver a tratar encerrou o Senhor Presidente
a Sessão. Em Senar do Jorge de Campos, Secre-
tário do Tribunal descreveu.

João Roberto de Guimarães

Acta da 14.^a Sessão Ordinária

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de mil
oitos centos e noventa e quatro, nesta Cidade do Dis-
trito Capital do Estado de Santa Catharina, no
salão da Casa destinada para as sessões do Su-
perior Tribunal de Justiça deste Estado, onde presen-
tes Excellentes senhores Senhores desembargadores
João Roberto Vianna Guimarães, Presidente do Tribunal,
Edilberto Lima da Costa Campello, Procurador do
Poderão do Estado, Francisco da Cunha Machado
Netto e Domingos Pacheco d'Avila. Aberta a Ses-
são a Acta da antecedente foi approvada.

Em seguida compareceu o Excellentissimo Senhor
Desembargador General Firmão Vidal Capistrano
nomeado pela Resolução de D. de 2 de Agosto de 1893 e fez
promessa na forma da lei, e tomou o assento. Pelo
Senhor Presidente foi dito que deixava de fazer a dis-
tribuição dos Autos em andamento aos Senhores de-
sembargadores por ter ordenado os Escrivas do Tribu-
nal a cobrança d'elles. Consta mais havendo a tratar
acabou o Senhor Presidente a Sessão. Em Senar do Jorge
de Campos, Secretário descreveu.

João Roberto de Guimarães





Referências Bibliográficas



Referências Bibliográficas

LIVROS

FERNANDES NETO, Tycho Brahe. *História do judiciário catarinense*. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. 482 p., p. 322-325.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. *Em meio a leis e pessoas: 125 anos de história do Tribunal de Justiça de Santa Catarina*. Florianópolis: TJSC, 2016. 332 p., p. 167 e 170-171. Texto e Coord. Pesq. Adelson André Brüggemann.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. *Memórias dos 110 anos*. Florianópolis: TJSC, 2001. 200 p., p. 43-51. Coord. Orivalda Lima Silva.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. *Tribunal de Justiça de Santa Catarina: um século 1891/1991*. 2. ed. Florianópolis: Tribunal de Justiça, 1991. 167 p., p. 149-150.

VIEIRA, João Alfredo Medeiros. *Notas para a história do Poder Judiciário em Santa Catarina*. Florianópolis: FCC, 1981. 173 p., p. 157-168.

JORNAIS

Jornal do Comércio (Florianópolis)

O Estado (Florianópolis)

República (Florianópolis)

REFERÊNCIAS DE ARTIGOS E/OU MATÉRIAS EM SITE

MULLER, James. *Florianópolis antigo: outros tempos... Florianópolis Ontem e Hoje*. Florianópolis, 30 maio 2010. Disponível em: <https://floripendio.blogspot.com/2010/05/florianopolis-antigo.html>. Acesso em: 29 set. 2022.

PRAÇA XV: o coração de Florianópolis. *Revista de Verão*. Florianópolis, 2018. p. 8. Disponível em: <https://arquifln.org.br/noticias/praca-xv-o-coracao-de-florianopolis/>. Acesso em: 29 set. 2022.

SANTA CATARINA, Assembleia Legislativa. 2ª Legislatura: 1895. *Memória Política de Santa Catarina*. Florianópolis, [2019?]. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov/legislativo/deputado-estadual/legislaturas/249-2a_legislatura. Acesso em: 12 set. 2022.

SANTA CATARINA, Ministério Público. *História do Ministério Público de Santa Catarina. Memorial do Ministério Público de Santa Catarina*. Florianópolis, [20--]. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/memorial-do-ministerio-publico/historia-do-ministerio-publico>. Acesso em: 17 set. 2022.

LEGISLAÇÃO/NORMATIZAÇÃO

INSTITUCIONAL

SANTA CATARINA. [Constituição (1895)]. *Constituição do Estado: promulgada em 26 de janeiro de 1895*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1895.





Composição da atual gestão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Desembargador João Henrique Blasi – Presidente

Desembargador Altamiro de Oliveira - Primeiro Vice-Presidente

Desembargador Getúlio Corrêa - Segundo Vice-Presidente

Desembargador Gerson Cherem II - Terceiro Vice-Presidente

Desembargadora Denise Volpato - Corregedora-Geral da Justiça

Desembargador Rubens Schulz - Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial

Composição da Comissão de Gestão de Memória do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

Desembargadora Haidée Denise Grin – Presidente

Membros

Márcio Schiefler Fontes - -- Juiz Auxiliar

Maurício Walendowsky Sprícigo – Diretor-Geral Judiciário

Ricardo Albino França - -- Diretor de Documentação e Informações

Adelson André Brüggemann – Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário

Alan Schmitt Mafra - Chefe da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário e.e

Marcos Rodolfo da Silva – Chefe de Divisão de Arquivo

Marcílio Bagatin Silva – Chefe da Divisão de Pesquisa e Informação

Letícia Cardoso de Castro – Representante da Diretoria de Tecnologia da Informação

Coordenadoria de Magistrados

Coordenador

Bruno Makowiecky Salles

Juizes Auxiliares da Presidência

Juiza de Direito Iolanda Volkmann - Núcleo Administrativo

Juiz de Direito Rafael Sandi - Núcleo Financeiro

Juiz de Direito Mauricio Cavallazzi Povoas - Núcleo Jurídico

Diretoria de Documentação e Informações

Ricardo Albino França – Diretor

Núcleo de Comunicação Institucional

Assessoria de Artes Visuais : Projeto gráfico, editoração eletrônica